

# “A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER”<sup>1</sup>: COTIDIANO ESCOLAR E NECROPOLÍTICA.

Isabella de Almeida Constantino Venturoti<sup>2</sup>  
Janaina Fernanda Pereira Coelho<sup>3</sup>

**Resumo:** Conceito pouco discutido ainda pela Psicologia, mas que vem ganhando visibilidade no ambiente acadêmico, a Necropolítica, que pode ser definida como o poder estatal que agencia negligências políticas através da escolha de quem o Estado “faz morrer e deixa morrer”, visa embasar esta pesquisa, trazendo análise acerca de seus efeitos na produção de subjetividade de adolescentes no ambiente escolar. Através do método da cartografia, objetivou-se identificar quais sensibilidades são criadas a partir dos atravessamentos produzidos no cotidiano escolar e seus desdobramentos na saúde mental de adolescentes, considerando a complexidade dos afetos ocorridos dentro da escola e observando os elementos de subjetivação que modulam esses sujeitos. A pesquisa foi realizada com a participação de um grupo fixo de adolescentes com idades entre 11 e 16 anos, de ambos os sexos e séries distintas, matriculados numa Escola Pública Estadual de Ensino Fundamental no município de Serra – ES. A escolha pela escola como cenário para a análise dessa temática, parte do entendimento de que sendo a escola participante da sociedade e operando a dinâmica da mesma, colocar em análise as relações que se estabelecem dentro dela e entendê-las como produtoras de subjetividade através da produção e reprodução de visões de mundo e de si, podem contribuir com a política do “fazer morrer” do Estado. Pensar a Necropolítica é essencial para o exercício da Psicologia nas escolas brasileiras, já que sua consequência tem sido o enfraquecimento da saúde mental de crianças e adolescentes negros, pardos, pobres e periféricos.

**Palavras-chave:** Necropolítica. Subjetividade. Psicologia escolar. Saúde Mental.

**Abstract:** A concept little discussed by Psychology yet, but which has been gaining visibility in the academic environment, the Necropolitics, which can be defined as the state power that aggravates political negligence through the choice of who the State “causes to die and leaves to die”, aims to support this research, bringing analysis about its effects on the production of subjectivity of adolescents in the school environment. Through the cartography method, the objective was to identify which sensitivities are created from the crossings produced in the school routine and its consequences on the mental health of adolescents, considering the complexity of the affections that occur within the school and observing the elements of subjectivity that modulate these subjects. The research was carried out with the participation of a fixed group of adolescents between 11 and 16 years old, of both sexes and different grades, enrolled in a State Public School of Elementary Education in the city of Serra - ES. The choice of the school as a scenario for the analysis of this theme, part of the understanding that being the school participating in society and operating its dynamics, put into

---

<sup>1</sup> Título extraído do Conto da escritora e poeta negra, Conceição Evaristo.

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade Doctum de Serra-ES.

<sup>3</sup> Professor orientador do Curso de Psicologia da Faculdade Doctum de Serra, ES.

analysis the relationships that are established within it and understand them as producers of subjectivity through the production and reproduction of worldviews and of themselves, can contribute to the policy of “making the state die”. Thinking about the Necropolitics is essential for the exercise of Psychology in Brazilian schools, since its consequence has been the weakening of the mental health of black, brown, poor and peripheral children and adolescents.

**Keywords:** Necropolitics. Subjectivity. School psychology. Mental health.

## 1. INTRODUÇÃO

Durante a graduação de Psicologia muitas são as teorias, teóricos e abordagens a que se tem acesso. É comum dentro desse intenso processo de aprendizado, construção e desconstrução ser acometida por inseguranças. Quanto mais próximo do final, maiores são as dúvidas quanto as escolhas metodológicas, de abordagens e até mesmo quanto ao assunto a que se pretende abordar no trabalho de conclusão de curso.

Os atravessamentos experimentados na academia produzem afetações, seja pela via das relações que se estabelecem que, segundo Espinosa (2005; p. 276) podem produzir “[...] um aumento de potência, e , por consequência, um aumento na capacidade de existir [...]”- e o contrário também se aplica! – como também, pelo acesso à informações, aprendizados, etc. daquilo que antes não se tinha conhecimento, mas que a partir do momento que se tem, produz-se um sentido e gera desdobramentos.

As provocações fomentadas em sala de aula, os incômodos das dúvidas, as discussões, os debates, as problematizações, todos esses elementos ajudam a levantar pistas daquilo que é estar no ambiente acadêmico.

Para além de um ambiente composto de cimento, tinta, lousa e cadeiras, onde ouve-se, fala-se e escreve-se, é necessário pensar o processo formativo para além da estrutura escolar/acadêmica. Torna-se necessário utilizar a formação acadêmica para uma prática que esteja em consonância com o cotidiano social.

O modelo de educação proposto na atualidade privilegia um saber estéril, que por vezes parece encontrar-se longe da realidade. As teorias cumprem o papel de levantar problemas e apontar soluções, numa dicotomia de causa e efeito.

Tratando-se da psicologia, essa problemática torna-se mais evidente quando é adotado o método da diagnosticção, seja da “família disfuncional” ou do “aluno-problema”, como se o papel da psicologia fosse o de criar “corpos docéis” ou “costas mais largas” e “resilientes” nos sujeitos, fazendo-os capazes de suportar as intempéries da vida.

Tais constatações tornaram-se nítidas ao participar do Projeto de extensão: “Bullying na escola: precisamos falar de racismo, machismo e lgbtfobia”, realizado numa escola Estadual de Ensino Fundamental no Município de Serra<sup>4</sup> – ES. No referido projeto tinha-se como proposta trabalhar o bullying com adolescentes com idades entre 11 e 16 anos, a partir de uma perspectiva de gênero, raça e orientação sexual. Com encontros que se davam uma vez na semana, de duração de duas horas e contando com a participação de 30 adolescentes permanentes, de ambos os sexos e de séries e classes distintas, a aposta do Projeto de Extensão era cartografar como as violências estruturais e estruturantes da sociedade brasileira aparecem nas relações que se estabelecem no cotidiano escolar.

Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros (2015; p.18) apresentam a cartografia como método de pesquisa: “[...] é o traçado desse plano de experiência, acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção do conhecimento) do próprio percurso da investigação.”

Para esta pesquisa aqui apresentada, desdobramos também a análise acerca da Necropolítica<sup>5</sup> como efeito na produção de subjetividade dos adolescentes dentro do contexto escolar e o impacto desta política – de morte - em sua saúde mental, politizando sintomas, sofrimentos psíquicos e doenças mentais.

Diante da aposta do projeto de extensão e antes mesmo do seu início na escola, algumas inseguranças surgiram na pesquisadora aqui presente. Dúvidas a cerca da capacidade de gerir os acontecimentos pareciam tomar emprestado a noção de causa e efeito ensinada na academia através das disciplinas obrigatórias. Demonstrar propriedade acerca de conhecimentos específicos e apresentar desenvoltura na resolução das demandas apresentadas tornou-se um desafio. Tal percepção de desafio já denunciava a noção do “saber-poder” impregnado pela

---

<sup>4</sup> Escolheu-se a não identificação da escola onde o Projeto de Extensão foi realizado, por compreender que os fenômenos que serão tratados neste trabalho a partir da vivência naquele colégio, não se tratam apenas do colégio referido, mas diz de uma política de subjetivação que perpassa outros tantos espaços acadêmicos.

<sup>5</sup> Esse conceito de Achille Mbembé será trabalhado mais adiante.

academia. Não foi de estranhar o espanto quando para os acertos do início do Projeto de Extensão, apareceu a demanda.

Questionada sobre o critério de escolha dos participantes soubemos que a preferência era a participação de 'crianças' que apresentavam depressão, comportamento autolesivo, ideação suicida, dificuldade de relacionamento etc.

Tal informação nos amedrontou. Ficamos receosas sobre a demanda da escola não se encaixar com o objetivo do projeto. Porém, já em supervisão, enquanto discutíamos sobre nossas percepções e receios, foi levantado, ou melhor, problematizado, se o tema a ser trabalhado pelo projeto: racismo, machismo e lgbtfobia não seriam os causadores das referidas reações apresentadas pela escola como demanda. (Trechos do Diário de Campo)

A pauta “aluno-problema” vem sendo direcionada a psicólogos escolares, que costumam ser vistos como os “detentores do saber”, capazes de atenuar os desajustes dos alunos e enquadrá-los a ordem através do conhecimento acumulado na academia. Porém, essa não era a aposta do Projeto de Extensão.

O contato com a comunidade, o “chão da escola”, a prática acadêmica, que diferiam, por vezes das teorias aprendidas até aquele momento, suscitaram outra compreensão sobre o fazer do psicólogo. Ao se inserir no Projeto de Extensão, a pesquisadora que aqui escreve, entrou em contato com a construção de um corpo que assume uma posição ético-política diante do exercício da Psicologia o que fez reforçar uma aposta de fazer psicologia na escola que já existia no início da graduação.

Os atravessamentos durante a participação no Projeto de Extensão, ampliaram a percepção sobre as próprias apostas do projeto. Além de pensar os efeitos do racismo, machismo e lgbtfobia, foi inevitável perceber a urgência de pensar a Necropolítica<sup>1</sup> no ambiente escolar, seus impactos nos processos de subjetivação de adolescentes e seus desdobramentos em sua saúde mental, e esta será a discussão que trataremos nessa pesquisa.

Ao depararmos com a fragilização da saúde mental dos adolescentes no contexto escolar durante a realização do Projeto de Extensão e o que estes vêm sofrendo sistematicamente através da falta de perspectiva acerca do futuro, foi inevitável recordar o trecho do livro “Aprendiz de mim: um bairro que virou escola”, de Rubem Alves (2014; p.89) que nos ensina:

É comum dizer-se que a função das escolas é preparar as crianças e os adolescentes para a vida. Como se a vida fosse algo que irá acontecer em algum ponto do futuro, depois da formatura, depois de entrar no mercado do trabalho [...] Mas a vida não acontece no futuro. Ela só acontece no aqui e no agora [...] Viver é aprender [...] Então a aprendizagem só pode acontecer no espaço-tempo em que a vida está sendo vivida.

Entender a necropolítica como política de gestão da vida (e da morte), é dizer que ela opera no cotidiano escolar como produtora de subjetividades, e se expressa na escola através da despotencialização dos corpos e do não acolhimento das diferenças ali manifestadas. Atentar-se aos acontecimentos dentro do ambiente escolar é perceber que estes vêm produzindo violências e silenciamentos que já indicam a manifestação da Necropolítica - conceito que será abordado mais à frente, mas também que a escola possui em si outras intensidades, políticas e narrativas capazes de produzir outras sensibilidades para a criação de uma vida potente e alegre.

Para Passos e Barros (2015, p.17), não há “inseparabilidade entre conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir: toda pesquisa é intervenção.” Dito isso, é inevitável recordar certos acontecimentos que marcaram a nossa passagem pela escola através do Projeto de Extensão. Numa das discussões promovidas, um aluno participante disparou a seguinte problemática: *“Tem uma professora que trabalha aqui e numa escola particular, que disse que estamos muito atrás das outras crianças... que elas têm muito mais coisas que a gente e que a escola particular tem muito mais estrutura que a nossa.” (sic)*<sup>6</sup>

Outros inúmeros acontecimentos ajudaram a formular este problema de pesquisa - de como a Necropolítica opera no ambiente escolar - como, por exemplo, a explicação pelo sumiço de um participante do projeto, que ao retornar disse que estava ausente da escola, pois sua mãe estava com trombose resultante de violência obstétrica e ele estava encarregado de cuidar dela, em casa, e também da irmã que acabara de nascer e dos outros irmãos, já que o padrasto era alcoolista e quase não ficava em casa.

Mencionar esses acontecimentos ajudam a delinear a “política de morte”, nas quais adolescentes pobres, pretos, pardos e moradores de bairros periféricos estão submetidos diariamente. A Necropolítica na escola como política de subjetivação

---

<sup>6</sup> Trecho extraído do Diário de Campo.

produz efeitos na saúde mental de crianças e adolescentes. A baixa autoestima, o autoconceito fragmentado, perspectivas futuras comprometidas, são alguns exemplos da manifestação da Necropolítica operando no ambiente escolar que produzem corpos e psiquês adoecidas. Sendo assim, percorreremos nesta pesquisa um trajeto onde passearemos pelo Campo de Pesquisa - local onde a Pesquisa surgiu-, caminharemos pelo dispositivo de análise “Diário de Campo”, e atravessaremos os Conceitos de Biopoder e Necropolítica, como também processos de subjetivação. Por fim cruzaremos o método da Cartografia, como metodologia e elemento imprescindível para a Produção de Narrativa e as políticas de Subjetivação que trabalharemos a seguir.

## **2. CAMPO DE PESQUISA: PROJETO DE EXTENSÃO**

A partir da nossa participação no Projeto de extensão: “Bullyng na escola: precisamos falar de machismo, racismo e lgbtfobia” desenvolvido no curso de Psicologia da Faculdade Doctum-Serra idealizado e coordenado pela Prof<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Janaina Fernanda Pereira Coelho, surgiu a pesquisa aqui elaborada. O projeto de extensão supracitado aconteceu entre os meses de Junho a Dezembro de 2019, numa Escola Estadual de Ensino Fundamental no município de Serra- Espírito Santo, e tinha como proposta trabalhar o bullyng a partir de uma perspectiva racial, de gênero e orientação sexual. A aposta do projeto era identificar violências sociais, estruturais e estruturantes das subjetividades e das políticas de narratividade sobre a sociedade brasileira, ampliando a compreensão daquilo que corriqueiramente vem sendo restringido aos indivíduos no ambiente escolar e de maneira equivocada vem sendo nomeado de maneira ampla e indiscriminada de *bullying*. Assim, toda a prática de assédio e violências, no ambiente escolar tem sido tratado como bullying, localizando no indivíduo que comete ou no indivíduo que sofre, as estratégias de intervenção, não atentando-se para os impactos gerados nas subjetividades destes sujeitos e nem para a dimensão política deste tipo de assédio.

Os encontros aconteciam na escola uma vez por semana, e contava com a participação de um grupo permanente de trinta adolescentes de ambos os sexos, com idades entre 11 e 16 anos, de salas e séries distintas e que apresentavam como

demanda: comportamentos autolesivos, ideação suicida, comportamentos depressivos, dificuldade de relacionamento, seja pelo retraimento ou pela agressividade. A demanda mencionada foi eleita pela pedagoga da escola que selecionou os participantes segundo os critérios acima colocados.

Com duração de duas horas, os encontros aconteciam na sala de informática, local que dispunha de um ar condicionado e que comportava de maneira razoável todos os participantes do projeto. A cada encontro havia uma aposta de ação/intervenção semi-estruturada, que contava com a utilização de rodas de conversas, brincadeiras, textos, filmes, músicas, poesias e outros instrumentos, a fim de disparar questões, fomentar reflexão e encorajar os participantes ao debate sobre as questões que os próprios participantes colocavam como essenciais e importantes.

Tal aposta era facilitada pelo grupo de extensionistas – contávamos três - como forma de proporcionar um bom relacionamento entre os participantes e fomentar o protagonismo e a autonomia, através da promoção de diálogo fazendo-os refletir e criar estratégias para o trato de suas próprias questões.

Adentrando o ambiente da escola onde o Projeto foi realizado, algumas sensações foram despertadas. Bem antes do início, ainda nas dependências da escola, surge o primeiro incômodo.

O que me saltou os olhos foram as grades [...] Um segurança abriu o portão e seguimos para um segundo portão de grades. Grades, cadeados, portões, infinitos portões...isso me assustou! Do outro lado estavam as crianças desfrutando do recreio na quadra. Essa imagem me remeteu ao “banho de sol” no qual encarcerados são submetidos enquanto cumprem pena. Em frente a quadra, mais portões, dessa vez um professor estava a postos servindo de carcereiro. Um aluno tentava convencê-lo a deixá-lo entrar, como que para isso tivesse que fazer por merecer. E foi por esse último portão que passamos, depois de convencê-lo também. (Trecho do diário de campo)

Paralelo ao funcionamento do projeto de extensão, as extensionistas, se encontravam no Núcleo de Psicologia Nise da Silveira, localizado no campus Doctum Serra, uma vez por semana inicialmente, e depois duas vezes por semana para a realização das orientações do projeto de extensão com a professora coordenadora. Nessas orientações, além de mencionarem os acontecimentos dos encontros realizados, idealizavam os encontros seguintes e realizavam leituras, propostas pela professora, a partir da percepção sobre as necessidades de funcionamento do projeto.

As extensionistas também eram orientadas a manterem um Diário de Campo, onde pudessem narrar todos os acontecimentos que julgassem relevantes, passando

por suas impressões, percepções, sensações e emoções, como também apresentavam relatórios a cada encontro contendo a aposta das intervenções, os desdobramentos dos encontros e a quantidade de participantes.

## 2.1. Diário de Campo

O propósito do Diário de Campo para além dos registros necessários era avaliar a implicação “daqueles que pesquisam”. Tal avaliação diz sobre o entendimento da não neutralidade “daquele que pesquisa”, pois o olhar do pesquisador será perspectivado de acordo com suas próprias vivências, experiências e perspectiva ético-política. Sendo assim, Coimbra e Nascimento (2008; p. 145), explicam:

A proposta de colocar em análise nossas implicações é uma forma de pensar [...] Colocar em análise o lugar que ocupamos, nossas práticas [...] é romper com a lógica racionalista ainda tão fortemente presente no pensamento ocidental. A análise de implicação traz para o campo da análise sentimentos, percepções, ações, acontecimentos até então considerados negativos, estranhos, como desvios e erros que impediriam uma pesquisa/intervenção ser bem sucedida.

Assim, por meio da análise de implicação, através dos registros no Diário de Campo, era possível mapear territórios, apontar pistas e evidenciar atravessamentos. O Diário de Campo nesse sentido é instrumento imprescindível para o pesquisador cartógrafo. Nesse entendimento, Líbia Monteiro Martins (2016; p.12), explica a importância dos escritos no Diário de campo dizendo:

Entendemos que o diário de campo nos possibilita analisar nossas práticas, no momento em que estamos em exercício, realizando um distanciamento artificial das situações objetivadas nos escritos. Funciona como um dispositivo pelo qual se evidenciam relações concretas, isto é, atravessamentos éticos, políticos, econômicos, afetivos e libidinais. Permite ampliar as direções do pensamento, aumentando nossa capacidade de agir mediante circunstâncias que envolvem situações nas quais nos encontramos. Isto quer dizer que nos instrumentaliza para pensar e agir de modos diversos aos que estavam anteriormente colocados como naturais.

Deste modo, através do Diário de Campo foi possível analisar o “saber-fazer”, as afetações, as percepções e as propostas/apostas. Tal dispositivo metodológico, privilegia a narrativa daquele que pesquisa abarcando suas impressões, considerando não haver possibilidade de separação entre pesquisa, “pesquisados”, intervenção e pesquisador. Compreende ainda que: “O trabalho da pesquisa deve ser sempre



acompanhado pelo registro não só daquilo que é pesquisado quanto do processo mesmo do pesquisar.” (PASSOS; BARROS; 2015; p.172).

Pesquisar enquanto processo, acompanhado de relatos, dando passagem as intensidades e criando sensibilidades, contribuem para a construção de uma política de narratividade, onde “Os dados coletados a partir de diferentes técnicas [...] indicam maneiras de narrar” (PASSOS; BARROS, 2015, p.150).

### **3.BIOPODER E NECROPOLÍTICA**

Foucault (1988) interessava-se em estudar as relações de poder. Tendo como alvo as populações, desenvolveu os conceitos de biopoder e biopolítica. Considerava que com a queda da monarquia - onde o Rei detinha o poder sobre a vida e a morte dos seus súditos - o poder soberano exercido pelo Rei teria sido deslocado para o Estado. Assim, enquanto na monarquia o Rei detinha o poder sobre a vida de seus súditos, “fazendo morrer e deixando viver”, nas sociedades estatais, o Estado através do gerenciamento da vida, “faria viver e deixaria morrer”. A biopolítica, portanto seria a maneira como a política lidaria com a vida, a quem escolheria “fazer viver ou deixar morrer”. A partir de então seriam desenvolvidos diversos aparatos a fim de garantir a manutenção da vida.

Com o advento da modernidade, surge a necessidade de controlar, catalogar a vida através de censos, controle de natalidade e mortalidade, campanhas de vacinação, estabelecimento de moradias, entre outros. A vida então passaria a ser gerida através de mecanismos de saber-poder. E esses descritos, seriam alguns exemplos dessa “anátomo-política” na qual Foucault denominou de biopoder.

O soberano só exerce, no caso, seu direito sobre a vida, exercendo seu direito de matar ou contendo-o; só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir. O direito que é formulado como "de vida e morte" é, de fato, o direito de causar a morte ou de deixar viver. (FOUCAULT; 1988; p. 127;128)

Assim, nos conceitos de Foucault, para a preservação de algumas vidas outras seriam deixadas para morrer, e o Estado gerenciaria essa escolha através de negligências políticas. Deixa-se morrer os indesejáveis para que os desejáveis vivam. Junto a esses aparatos Foucault menciona o racismo como um advento de

classificação, capaz de privilegiar alguns em detrimento de outros, por meio de discursos e atitudes biologizantes que teriam funções determinantes nas sociedades modernas como explica Silvio Almeida (2019, p. 115)

O racismo tem, portanto, duas funções ligadas ao poder do Estado: a primeira é a fragmentação, de divisão no contínuo biológico da espécie humana, introduzindo hierarquias, distinções, classificações de raças [...] estabelecerá a linha divisória entre superiores e inferiores, entre bons e maus, entre os grupos que merecem viver e os que merecem morrer, entre os que terão a vida prolongada e os que serão deixados para a morte, entre os que devem permanecer vivos e o que serão mortos.

O filósofo camaronês Achille Mbembe, no entanto, considerou as noções de biopolítica e biopoder de Foucault insuficientes para dar conta do funcionamento das populações colonizadas e do mundo em geral e cunhou o conceito de Necropolítica. Neste, embora considerasse o que fora dito por Foucault sobre o racismo e sua função organizativa no biopoder - na qual fazendo uso de um discurso biologizante naturalizaria as classificações discriminatórias - definiu a Necropolítica como sendo a “política da morte”, como o nome mesmo sugere. Se na monarquia o Rei “fazia morrer e deixava viver” e nas sociedades modernas, o regime de Estado “faz viver e deixa morrer”, na Necropolítica o Estado “faz morrer e deixa morrer”. Na Necropolítica, a morte é o aparato de gestão das populações.

Como explica o próprio autor a respeito do seu conceito. Foucault (2019; p.71):

[...] propôs que as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror. Tentei mostrar que a noção de biopoder é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte. Além disso, propus a noção de necropolítica e necropoder para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’

Outros conceitos trazidos por Mbembe que ajudam a conceituar essa pesquisa, são os conceitos de “estado de exceção” e o “estado de sítio”. Ambos, ele pontua, oferecem o cenário ideal para que o extermínio dos indesejáveis seja realizado com o aval e a aprovação da sociedade. Explica Mbembé (2019; p.17)

[...] o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo.

Estado de exceção pode ser entendido como a atitude oposta ao Estado democrático de Direito – que tem como premissa a valorização da vida como bem supremo - em situações de emergência. Assim, em situações identificadas como extremas pelo Estado, o mesmo utiliza-se de medidas violentas que suspendem os direitos humanos e as liberdades individuais, anulam aspectos legais e tornam lícitas atitudes que em situações tidas como normais não seriam assim consideradas.

O objetivo dessa ação é coibir a “desordem”, a uma suposta desorganização social, levando a uma reação estatal que busca eliminar os atores responsáveis, agora identificado como “inimigo”. A eliminação do inimigo para o reestabelecimento da ordem, supera a Lei e os direitos humanos, fragilizando até mesmo a vida dos sujeitos e a Lei que os protege.

Nas palavras de Mbembe (2019, p. 19,20):

A percepção da existência do Outro como um atentado contra a minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria meu potencial de vida e segurança, é este, penso eu, um dos muitos imaginários de soberania [...] a soberania consiste na vontade e capacidade de matar a fim de viver.

Explicitar esses conceitos e a maneira como a Necropolítica é orquestrada nas sociedades estatais, promovem o panorama para a articulação desta pesquisa. Pensar a Necropolítica é essencial para o exercício da psicologia nas escolas brasileiras, já que sua consequência tem sido o enfraquecimento da saúde mental de crianças e adolescentes negros, pardos, pobres e periféricos. Lidar com a constante iminência da morte dos seus pares e suas nuances evidenciadas pelas privações, cerceamento, injustiças e aniquilamento, contribuem com a política do “fazer morrer” do Estado, e como desdobramento desta necropolítica está a baixa autoestima, o auto-ódio, comportamentos violentos e autolesivos e ideações suicidas. Todos esses elementos ajudam a compor o modo de subjetivação dessas crianças e adolescentes.

### **3.1. A “política de morte” e os processos de subjetivação**

Modo de subjetivação, subjetividade e suas variações são conceitos complexos e amplamente discutidos pela Psicologia. Por esse motivo, conferir a eles definição não é uma tarefa fácil. O senso comum, por exemplo, atribui à subjetividade o caráter individual, uma essência centrada no indivíduo. No dicionário Michaelis – *on line*, a definição de subjetividade dá-se do seguinte modo: “Caráter ou qualidade de subjetivo; Aquilo que se relaciona unicamente a um indivíduo, sendo inacessível a outrem; Característica de todos os fenômenos psíquicos que se relacionam ao próprio indivíduo e considerados por ele seus.” Contribuindo com essa discussão Souza e Torres (1997 *apud* REY 2019, p. 129) definem a subjetividade da seguinte forma:

Acredito que, apesar da conotação metafísica, racionalista e individualista que o termo subjetividade tomou na história do pensamento psicológico e filosófico ocidental, ele tem representado uma opção de significação para processos de uma qualidade singular, em cuja definição intervém a qualidade do sujeito que os produz, qualidade que não é definida apenas por uma expressão racional, mas por uma expressão simbólico-emocional, que caracteriza a produção psíquica nos diferentes espaços e áreas da vida humana.

Entretanto, essa pesquisa escolhe a concepção de subjetividade como algo “[...] não passível de totalização ou de centralidade no indivíduo” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.31), isto é, não cristalizado, terminado, definido, mas estando em constante devir, num processo de rupturas e modificações a partir das relações entre sujeitos.

De acordo com Guattari a subjetividade é algo produzido pelo contexto, dizia: “[...] a subjetividade individual que resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnológicas, de mídia, etc...” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.34). Sendo assim, para Guattari a subjetividade, vai além de um fenômeno individual que localiza no indivíduo os sofrimentos psíquicos, mas diz de um processo produzido no social não havendo uma indissociabilidade entre o sujeito individual e o sujeito dentro do coletivo. Por coletivo aqui mencionado, entende-se todo o conjunto que compõe a sociedade, dentre eles a escola, família, cultura e etc.

Considerando a importância da escola no processo de socialização do sujeito onde nela se apreende valores, regras e códigos sociais, transmitidos através da educação, faz-se necessário problematizar como esta, produz e reproduz visões de

mundo e de sensibilidades, injustiças sociais e por que não dizer, de Necropolítica? De acordo com Poliane Almeida (2019; p.120):

O racismo institucional perpassa as instituições escolares e se atualiza nas formas como são organizadas as práticas nas escolas, contribuindo para a produção de corpos despotencializados que se conectam aos modos de produção capitalista. Quando a escola funciona de maneira que exclui os estudantes que não se encaixam em um certo padrão criado por suas políticas, é a necropolítica se materializando colocando para fora da escola vários corpos que não se ajustam às normas, fazendo morrer as possibilidades de escolarização.

Tais afirmações fazem recordar o cenário encontrado na escola onde o projeto foi realizado. O propósito do projeto pré-estruturado para os encontros, era o de trabalhar o *bullying* na escola, a partir de uma perspectiva racial, de gênero e orientação sexual. Todavia, da multiplicidade de políticas afetivas encontradas o que chamou-nos a atenção no nosso corpo de cartógrafa foi: adolescentes silenciados, estereotipados, com comportamentos auto lesivos, ideação suicida, baixa autoestima e depressivos, que de maneira hesitante, porém interessada, envolveram-se nas apostas do Projeto de Extensão, produzindo outras possibilidades de existir.

Diante deste cenário fizemo-nos questões como: Por que crianças e adolescentes se punem e não querem viver? Ao conhecer a complexidade das relações nas quais esses adolescentes estão inseridos, as dificuldades e privações que enfrentam, além do descrédito atribuído à eles, a pergunta se inverte e passa a ser: Por que não? Por que não querer morrer? E é a essas questões que pretende-se apontar pistas no trajeto dessa pesquisa.

Em 1897, o sociólogo Emile Durkheim desenvolveu sua tese que apostava no suicídio como um fenômeno que embora individual, partia de motivações coletivas. Ribeiro e Moreira (2019; p.2) em seus estudos sobre o suicídio entre adolescentes e jovens no Brasil, mencionam sobre a obra de Durkheim:

Porém, para ele, cada sociedade, em qualquer tempo histórico, tem uma disposição definida para o suicídio composta por pessoas que não apresentam transtornos mentais. Nestes casos, o suicídio é fruto da pressão ordenadora que a coesão social exerce sobre os indivíduos. Aqui, não cabe falar em problemas de saúde individuais, mas em problemas sociais e econômicos.

O que Durkheim (1897) está dizendo é que mesmo o suicídio sendo um ato individual, o sujeito que o comete está inserido numa coletividade dentro de uma

sociedade. Sendo assim, esse indivíduo suicida - ou suicidário – vem sendo subjetivado dentro de um contexto socioeconômico, étnico-racial e político que contribuem para que o ato suicida esteja para além de motivações individuais, mas que tenha por estrutura o social.

Nessa perspectiva, Eliane Brum<sup>7</sup> na coluna Opinião de Junho de 2018 no jornal eletrônico, El País, trouxe a seguinte problemática: “O suicídio dos que não viram adultos nesse mundo corroído”. A referida inicia seu artigo com a seguinte pergunta: “Por que, neste século, mais adolescentes tem respondido ao desespero deletando a própria vida?” (El PAÍS, 2018) Aqui, Brum assim como Durkheim (1987) busca deslocar a visão das ideações suicidas para um contexto social, ao invés da noção reducionista, tradicional, patologizante, na qual esse fenômeno é visto historicamente. A Necropolítica, dentro desse contexto social, por exemplo, desempenha o papel de despotencialização de corpos através do status de “mortos-vivos”. Para além da condição bélica, o que é percebido é uma despotencialização dos sujeitos, através de estratégias de políticas de subjetivação que criam modos de vida contra a vida.

Voltando ao cenário da escola, não seria de se admirar a total falta de perspectiva de alguns: invisibilidade social, silenciamento, estereótipos, preconceitos, além de condições básicas de sobrevivência aviltadas. Esses são alguns exemplos das condições dos adolescentes participantes.

Eis a fala de um participante sobre a discussão acerca do futuro que queriam, melhor dizendo, de “como se viam no futuro”? Disse: *“Ah, tia, sei lá... a gente tá aqui pra estudar, passar no vestibular, ir pra faculdade, e depois? É só isso?” (sic)*<sup>8</sup>

Dizem que nós somos o futuro do país, mas como seremos o futuro se nós não temos um presente? [...] Cotidianamente temos nossos direitos aviltados pela falta de ação dos nossos gestores e pela falta de empatia da sociedade. Todos os dias morremos um pouco emocionalmente, pois é difícil viver em um mundo egoísta, autoritário e sem esperança. Por esse motivo estamos escrevendo essa carta para solicitar das autoridades do Estado, e em especial do poder municipal, a efetivação e implementação de políticas públicas e sociais voltadas para as juventudes. (BRUM; 2020).

Ao mencionar o ambiente escolar e a produção de subjetividade, não há a intenção de posicionar a escola como “salvadora da pátria” ou esperar dela todas as respostas, o que se intenta fazer é trazer o entendimento de que a escola é

---

<sup>7</sup> Escritora, documentarista e jornalista brasileira pelo jornal eletrônico El País.

<sup>8</sup> Trecho extraído do Diário de Campo.

participante da sociedade e por isso, opera a dinâmica da mesma. A proposta é colocar em análise as relações que se estabelecem dentro dela e entendê-las como produtoras de subjetividade.

#### **4. MÉTODO DE PESQUISA – PESQUISA É INTERVENÇÃO**

*Cartografar é acompanhar processos<sup>9</sup>*

O ato de pesquisar é ato de conhecer. Não há conhecimento sem engajamento, e não há engajamento sem afetação. Assim, engajar-se em cartografar os processos de subjetivação no ambiente escolar e como a Necropolítica se faz na escola, aqui, nessa pesquisa, se deu a partir da utilização da própria escola como dispositivo de análise. Nesse sentido, não se trata de colocar escola, alunos, psicologia, pesquisa e etc. como representações do social, mas trata-se de colocá-los como instituições sociais que promovem políticas de subjetivação.

Deste modo, buscou-se através da cartografia, identificar os afetos, intensidades e sensibilidades que atravessam o cotidiano escolar dos adolescentes de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental no município de Serra – Espírito Santo, identificando os elementos de subjetivação que modulam esses sujeitos, levando em consideração a complexidade dos afetos ocorridos no cotidiano escolar.

Na práxis da Psicologia, o Conselho Federal de Psicologia, através das Referências Técnicas para a atuação do psicólogo (a) na Educação Básica (CREPOP, 2019; p.24) compreende o espaço escolar da seguinte forma:

A escola constitui-se espaço amplo de socialização que busca favorecer experiências e a produção de conhecimentos para a vida, interagindo crianças e jovens às principais redes sociais importantes para sua formação.

Nesse sentido, é comum esperar da escola uma solução pronta, porém, é importante considerar que a escola enquanto instituição produtora de subjetividades abarca as dinâmicas sociais e produz nos sujeitos uma maneira de se enxergar e se colocar no mundo. Assim, é importante pensar a escola como um cenário

---

<sup>9</sup> Título extraído do capítulo 3 do livro: “Pistas do método da cartografia” dos autores Laura Pozzana de Barros e Virgínia Kastrup, contido na pág. 52

potencializador de sujeitos, mas, que por vezes, através das apostas adotadas, também os despotencializa, considerando-a, portanto, produtora, porquê não dizer, de um projeto de sociedade.

Entendendo a Necropolítica como algo não passível de ser “localizado por microscópio”, a presente pesquisa utilizou do método da cartografia, como aposta metodológica. O método da cartografia pode ser entendido como um modo de pesquisa-intervenção que diz de uma prática pautada pela observação ativa, experimentação e pela percepção do campo. Tal método evidencia e privilegia como experiência do pesquisar o afetar-se pelo meio, na medida em que aquele que pesquisa também o afeta, sendo esse o seu modo de conhecer o campo. Nesse sentido, Laura Pozzana de Barros e Virgínia Kastrup (2015; 53) explicam: “[...] a pesquisa cartográfica consiste no acompanhamento de processos, e não na representação de objetos”.

Acompanhar processos, portanto, trata-se mais do que a aplicação de um método no sentido técnico e protocolar, mas diz respeito a uma pragmática no pesquisar, onde o pesquisador quando no campo, remodula suas hipóteses a partir dos acontecimentos ocorridos. Esse modo de pesquisar permite ao cartógrafo afetar-se como forma de manutenção do rigor científico, onde, para além de confirmar hipóteses, interpretar acontecimentos e diagnosticar territórios, cria-se possibilidades a partir da produção de outras realidades e da compreensão das políticas narrativas do meio.

Para Regina Benevides de Barros e Eduardo Passos (2015, p.17), a pesquisa cartográfica “se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados” o que significa dizer que aquilo que emerge dos encontros é acolhido como forma de tatear o campo. Assim, o método cartográfico diz de um saber-fazer que ganha corpo a partir da experiência que é delineada pelos encontros entre pesquisador e objeto de pesquisa. Explicita Passos e Barros (2015; p.18):

Considerando que objeto, sujeito e conhecimento são efeitos coemergentes do processo de pesquisar [...] Mergulhados na experiência do pesquisar, não havendo nenhuma garantia ou ponto de referência exterior a esse plano, apoiamos a investigação no seu modo de fazer [...] O ponto de apoio é a experiência entendida como um saber-fazer, isto é, um saber que vem, que emerge do fazer.



Este modo de saber que emerge do fazer proporcionado pelo método cartográfico, permite ao pesquisador habitar o ambiente da pesquisa para a criação do próprio processo de pesquisar. Longe da posição hierárquica do especialista, ou daquele que “olha por cima”, a pesquisa cartográfica permite ao cartógrafo “olhar lado a lado”, compondo com o campo e os sujeitos da pesquisa.

Essa “reversão metodológica que o método da cartografia exige” (Alvarez e Passos; 2015; p.138), a princípio pode conotar certa desorganização por não haver metas a serem alcançadas ou etapas predeterminadas, porém, exige do pesquisador cartógrafo a habilidade de estar aberto ao campo, aos acontecimentos, às situações, às pessoas que compõe esse campo, e isso só é possível através do engajamento que produz um tipo de vinculação específica com os pesquisados. Vinculação esta que pressupõe que pesquisador e pesquisado não estão prontos, mas que se produzem à medida que se encontram. Eis aí o diferencial do método: Na pesquisa cartográfica não interessa apenas mencionar “o sobre” ou “o aquele”, mas, “o junto”, “o com”. É o que explica Alvarez e Passos (2015; p.142):

Tal aposta metodológica da cartografia nos coloca lado a lado com a tradição das pesquisas qualitativas e daquelas que investem nas práticas de inclusão e de participação efetiva daqueles que, tradicionalmente, estariam apenas na posição de objeto/participante.

Desta forma, a escolha metodológica pelo o método da cartografia objetivou conhecer o campo e os sujeitos pesquisados pela via do engajamento e afetação, e não visando o controle ou a representação. Buscou-se acolher os acontecimentos como forma de conhecer as intensidades que davam passagem naquele campo e compor com os sujeitos da pesquisa como forma de acompanhar os processos, que já não eram só deles, mas que se tornaram experiências do campo. Isto é, de tudo (e todos) que compunham o campo.

Ao habitar o ambiente da escola, buscando acompanhar os processos através do método da cartografia, o pertencimento àquele campo pode nos sensibilizar a encontrar àquilo que se deixou conhecer e não apenas aquilo que se objetivava encontrar. Uma certa política de narratividade sobre a escola e sobre o futuro revelou-se, mesmo não sendo procurada. A Necropolítica como política de morte e subjetivação impotente e despotencializadora, apareceu – em meio a outras narrativas

- como uma sensibilidade fortemente instituída nos discursos e práticas do ambiente escolar em questão.

## 5. “COMBINARAM DE NOS MATAR. COMBINAMOS DE FICAR VIVOS”<sup>10</sup>

Toda política de narrativa tem seus efeitos, ou seja, uma maneira de narrar a vida que produz desdobramentos sobre o mundo e sobre a própria vida. Nesse caso, a questão principal torna-se atentar-se para os efeitos desta política que privilegiamos. As escolhas que fazemos dizem da nossa visão de mundo, naquilo que estamos implicados politicamente. (BARROS; PASSOS, 2015)

Neste caso, a escolha pelo método da cartografia como metodologia contra-hegemônica, aqui, neste trabalho, não visou deslegitimar outras epistemologias e metodologias, mas teve como intenção suscitar outras narrativas, outras formas de narrar à vida e como consequência outras visões de mundo. Comprometer-se com o campo como forma de conhecê-lo, exercitando experimentações, produzindo outras sensibilidades, permitindo afetar-se por ele dentro do Projeto de Extensão, possibilitou a resignificação da formação e aprendizagem da pesquisadora.

O modo de narrar produz experiências subjetivas que são os efeitos das políticas de linguagem e cognição; produz a maneira que se vivencia a própria subjetividade através dos desdobramentos que efetua. (BARROS; BRITO, 2014).

Nesse sentido, podemos pensar a política da narrativa como uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece. Sendo assim, o conhecimento que exprimimos acerca de nós mesmos e do mundo não é apenas um problema teórico, mas um problema político. (PASSOS; BARROS; p.151; 2015)

Vale ressaltar que as pesquisas positivistas no seu modo de fazer ciência também produzem uma política de narrativa e por consequência, também produzem efeitos. Quando o pesquisador-cartógrafo permite-se afetar-se pelo objeto de pesquisa e pelo campo, ele está aberto à experiência de pesquisar como quem está em formação, assim como o campo de pesquisa. Compendo com o campo

---

<sup>10</sup> Frase extraída da música “Voz” do rapper brasileiro Djonga, que aborda dentre outras coisas, a banalização da morte dos jovens negros no Brasil.

através dos acordos estabelecidos, nesse pesquisar “lado a lado”, o pesquisador-cartógrafo além de pesquisar, intervém no meio construindo realidades diferentes daquelas naturalizadas.

Este “estar aberto ao campo” num modo de pesquisar “lado a lado” proporcionou a pesquisadora, sensibilizar-se às políticas de subjetivação que se efetuavam naquele espaço, dentre elas a Necropolítica. A Necropolítica ali evidenciava uma existência despotencializada, onde a vida, no sentido simbólico, encontrava-se esvaziada, porém, é importante salientar que a Necropolítica enquanto política de subjetivação, não se encontra posicionada apenas naquela escola, mas trata-se de um desdobramento da política de narrativa que vem sendo construída sistematicamente e como efeito tem urdido vidas “mortas-vivas”.

Estudos recentes na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP; 2019) trazem o perfil dos adolescentes que se matam no Brasil. Dentre as principais causas estão o desemprego e a desigualdade social. Outro fator relevante trazido pelo levantamento são as mudanças tecnológicas cada vez mais céleres, exigindo um ensino mais qualificado e que acaba por deixar de fora estudantes de baixa renda.

Segundo o professor Jair Mari, do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina (EPM/Unifesp), o jovem enfrenta um mercado de trabalho com baixas ofertas e um momento de mudanças tecnológicas que exigem cada vez mais qualificação diferenciada em escolas despreparadas. ‘Nos extratos de baixa renda esses problemas se acentuam, o que pode induzir jovens a buscar alternativas como o tráfico de drogas e a prostituição infantil’, acredita Mari. ‘A desigualdade social, os altos índices de violência e a expansão do mercado de drogas são fatores que se interpenetram e, a partir deles, surgem casos de risco ao suicídio’, complementa o pesquisador. (CAMPOS, 2019)

Tal pesquisa da UNIFESP acaba por contribuir na direção de nossa pesquisa. Os acontecimentos aqui mencionados na vivência do Projeto de Extensão ilustram a realidade de diversos estudantes brasileiros. Mas por que insistir na escola, já que como evidenciado na pesquisa o problema é social?

Para Líbia Monteiro Martins (2016; p.83), é preciso considerar que:

[...] toda a sociedade passou por um processo de transformação; e a escola não está estancada dessa realidade. Hoje em dia, já não se podem sustentar práticas pedagógicas que concebem a aprendizagem como um processo cognitivo apenas. Esse sujeito que está sentado nas fileiras à nossa frente, não é só cabeça. Ele é corpo, suor, sujeira, cheiro, gosto, barulho, movimento...

Partindo dessa perspectiva, a presente pesquisa escolhe olhar para a escola como sendo uma instituição potente no processo de subjetivação de adolescentes, por se tratar de uma instituição com competência socializadora, que dentre tantas dinâmicas que abarca, acolhe diferentes realidades e diversidades. Provocando, produzindo sensibilidades e experimentações, a escola apresenta como possibilidade a formação crítica e autônoma dos sujeitos. Sendo cenário das transformações sociais e sendo atravessada por seus arranjos, a escola produz e reproduz visões de mundo. Eleger a escola, portanto, é pensar no processo formativo para além da própria escola, buscando atenuar distorções, produzir transformações sociais e criar um sentido potente de existência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), por exemplo, traz como o nome sugere, diretrizes para o exercício da educação no Brasil. Dentre os princípios e fins da educação, a partir da LDB (2019; p.9) destaca-se:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XII – consideração com a diversidade étnico-racial;
- XIII – garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Tais diretrizes primam por promover a qualificação da educação, respeitar singularidades, contribuir com o acesso de todos à educação, facilitando a inclusão, promoção e valorização humana, efetivando o compromisso democrático na educação, através de práticas potencializadoras.

A aposta ideológica da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) compõe com a aposta desta pesquisa, pois o que se pretende além de cartografar os processos dentro do ambiente escolar é criar outras narrativas, outras possibilidades, outras sensibilidades e outras maneiras de criar relações com a vida, de modo a mobilizar afetos potentes.

Ao mencionar a percepção da Necropolítica como política de subjetivação no ambiente escolar, não se pretende dar enfoque à falta, ou mesmo apresentar um discurso moralizante daquilo que seria ideal, mas busca-se criar caminhos e reconhecer aquilo que já escapa da política de morte, a partir daquilo que já se possui, tendo em vista a perspectiva de uma existência alegre.

Por isso, compreendendo-se que a escola é uma das principais instituições sociais criadora e reprodutora de políticas de subjetivação, colocamos em análise

aquilo que vem sendo organizado enquanto políticas de subjetivação na escola e tem contribuído para a instituição da necropolítica como política estruturante da subjetividade. Contribuindo com esse entendimento, Poliane Almeida (2019; p.119) pontua:

[...] é possível afirmar que a instituição escolar, quando funciona a partir da lógica classificatória, meritocrática e excludente, opera uma necropolítica escolar. E embora seja mais comum ouvirmos sobre necropolítica nas ações bélicas do Estado e nas políticas genocidas contra os jovens negros, é preciso flexionar esse conceito para entendermos quais discursos de verdades amolam as facas genocidas do Estado.

Nessa lógica, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (2019; p.25) faz um recorte social da aposta política vigente no Brasil da Educação Básica, que embora dotada por diretrizes constitucionais, opera disparidades:

[...] a escola pública brasileira se configura como um espaço instituído no modelo econômico que insere a Educação como importante dimensão para a implantação de um projeto neoliberal de sociedade [...] Diferenças entre o sistema público e privado passam a se constituir como um verdadeiro “*apartheid*” da educação com graves consequências para as camadas populares.

Falar desse “*apartheid*” da educação perpassa por outros modos de cerceamento como a latente desigualdade social e racial à qual a sociedade brasileira é estruturada, prenunciando uma política que submete populações “a condições de vida que lhes conferem o estatuto de mortos-vivos” (MBEMBE; 2018; p.71).

Com o intuito de ilustrar esse estatuto de mortos-vivos, Achille Mbembe (2018; p.5) salientou o termo Necropolítica atribuindo ao Estado:

[...] o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. [...] matar ou deixar viver constituem os limites da soberania. [...] ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.

Vida e morte aqui estão para além da morte do corpo, mas contemplam as diversas dimensões da vida do sujeito. O poder aqui mencionado refere-se as tecnologias de poder utilizadas pelo Estado que contribuem para o apagamento de populações pobres, pretas, pardas e periféricas, de forma a colocar em questionamento sua humanidade. Porém, a conceituação da Necropolítica refere-se

a um escopo mais amplo, dizendo de um fenômeno complexo e multifacetado, que perpassa pela crise do capitalismo às políticas neoliberais que agenciam diversas tecnologias de gestão da vida e da morte.

Visando agregar valor ainda maior ao tema citado, vale acrescentar à presente discussão o entendimento com viés socioeconômico de João Paulo Pereira Barros (2019; p.10):

A necropolítica, na condição de uma engrenagem simbólica e econômica que fabrica formas de narrar-se, modos de subjetivação e formas de performar os gêneros e interações sociais, tem fabricado corpos que devem viver e corpos marcados para morrer. Há a fabricação de sujeitos matáveis e sujeitos morríveis, isto é, daquelas cujas vidas não são vistas como importantes, não sendo passíveis de luto.

Entender a necropolítica como política social e de subjetivação, leva-nos a perceber como esta, produz as subjetividades individuais e sociais. A subjetividade constitui-se de componentes diversos, sendo esses de cunho individual, social, coletivo e institucional. Compreender essa concepção pressupõe que a subjetividade não está centrada de forma individuada no sujeito, mas é produzida e consumida pela indivíduo. (GUATTARI;1996).

Sendo assim, mesmo que a experiência subjetiva seja modelada, há diferença entre as políticas que produzem as subjetividades - que é o que estamos tratando nesse trabalho. Na condição de subjetividade como produção conclui-se que ela é organizada por elementos heterogêneos. Delineia Guattari: “A subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. [...] a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social.” (GUATTARI; 1996, p.31)

Nessa percepção, é importante ressaltar que localizar o sofrimento psíquico individual como produção político-social diz de uma afirmação dos princípios da Psicologia, referidos no Código de Ética Profissional (2005; p.7) que direciona: “[...] atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.”

Assim, entender a dinâmica social, histórica, cultural do lugar onde atuamos demonstra nossa implicação com aquilo que pretendemos produzir enquanto profissionais. As intensidades que pretendemos fomentar, as visões de mundo e de si que intentamos efetuar, ajuda-nos na compreensão que o que somos encontra-se ancorado naquilo que praticamos.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAS

A utilização da formação como ferramenta política, através da dimensão inventiva foi um dos muitos desdobramentos resultantes dessa pesquisa. O ato de aprender para além do tecnicismo, mostrou a importância da abertura para o encontro, através da construção de um ambiente educacional salvo dos protocolos técnicos.

A dimensão estética de como fazer Psicologia nesta pesquisa gerou efeitos positivos, e demonstrou que a aposta que oportuniza a aproximação entre pesquisadores e pesquisados através da vinculação, oferecendo liberdade fez aparecer a potência artística dos participantes.

Na finalização do Projeto, foi proposto um momento cultural no qual as extensionistas, conduziram subgrupos na confecção daquilo que os participantes haviam percebido que o Projeto significou para eles. Não foi imposto nenhum tipo de trabalho, mas foi dada aos participantes a liberdade de escolher aquilo que se pretendia produzir. O grupo que a pesquisadora que fala dinamizou, escolheu uma performance com confecções de máscaras para a declamação em conjunto de um poema criado a partir das conversas com os participantes. O momento da confecção das máscaras com os adolescentes e as trocas proporcionadas durante todo o processo de criação tornou-se interventivo também para a pesquisadora no seu processo formativo. Ali, através da vinculação, a dimensão humana apanhada como pista para dar continuidade ao processo de pesquisar produziu outra forma de se fazer Psicologia.

Fugindo do modo estéril que produz distância entre pesquisador e pesquisado, aqui, nesta pesquisa, a vinculação entre ambos evidenciou que existe diferença entre produzir distância entre “aquilo que é nosso e aquilo que é do outro” e produzir distância “do outro”. Se integrar ao campo de pesquisa e aos pesquisados foi o que trouxe o tônus desta pesquisa, e compor o campo promovendo o acolhimento na medida em que também se foi acolhido, deu voz ao desejo desses adolescentes: O respeito em relação a sua existência.

Respeito se aprende em casa e não na escola, você não manda em mim.  
Minha mãe manda em mim

Mas, não vem “de graça”, se gritar comigo eu grito mais alto.  
Eu não sou criança e nem te dou confiança  
Me respeite  
Não toque em mim sem eu permitir  
Respeito!  
Eu que escolho aqueles que guardo no lado esquerdo do peito  
Não sou obrigada. Obrigada, de nada!  
Que autoridade é essa que você pensa que tem sobre mim?  
“Cala a boca, senta agora e se me afrontar você só volta aqui com sua mãe”  
Que saco! Estou cansada de ordens. Parem de me punir  
Punição para quê? Se eu quiser é claro que vou fazer  
“Respeito é a base de tudo”, eu ouvi você dizer, então, porque não começa  
por você?  
Não gosta de mim? Ok, mas me respeita  
Se eu te respeito também quero respeito  
Fala direito comigo, muda o tom. Se quer minha obediência aprenda a me  
tratar com adequação  
Respeito é o que te peço  
Respeito é o que te dou  
Sigamos nos respeitando, colegas, alunos e professor. (Fragmentos do Diário  
de Campo)

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. Racismo Estrutural. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019. 264p.

ALMEIDA, P. P. *Processos de Subjetivação, Corpos Negros e Cabelos Crespos: Estudantes Negras em Aliança*. 2019. 130p. Dissertação. (Mestrado em Psicologia institucional). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2019. Disponível em: <[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_13095\\_Poliane%20dos%20Passos%20Almeida%2027.03.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_13095_Poliane%20dos%20Passos%20Almeida%2027.03.pdf)>. Acesso em: 31 de maio de 2020.

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V. e ESCÓSSIA, L. da (Orgs.). *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2015. 131-149p.

ALVES, R. *Aprendiz de mim: o bairro que virou escola*. Campinas: Papyrus, 2014. 128p. E-book, ISBN 8544900011, 9788544900017. Disponível em. <<https://books.google.com.br/books?id=FfW08rDnYt0C&pg=PA89&lpg=PA89&dq=%C3%89>>. Acesso em: 06.05.2020.

BARROS, R. B. de.; PASSOS, E. Diário de Bordo de uma Viagem-intervenção. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V. e ESCÓSSIA, L. da (Orgs.). *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2015. 172-200p.



BARROS, João Paulo Pereira et al. Criminalização, extermínio e Encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v.19, n.46, p.475-488, 2019. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2019000300008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 12 fev. 2020.

BARROS, L. P. de; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V. e ESCÓSSIA, L. da (Orgs.). *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2015. 52-75p.

BRASÍLIA. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Resolução CFP 010/05 21 de julho de 2005. Conselho Federal de Psicologia. CFP, 2005. Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: < <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf> >. Acesso em 17 de março de 2020.

BRASÍLIA: *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. – Lei 9.394, 20 de dezembro de 1996. Brasília - Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, Disponível em: < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em: 28 de maio de 2020.

BRITO, Janaina Madeira; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. Prática de pesquisa e saúde docente: a narratividade como estratégia metodológica. *Rev. Psicol. Saúde, Campo Grande*, v. 6, n. 2, p. 38-46, dez. 2014. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-093X2014000200006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2014000200006)> Acesso em 15 nov. 2020.

BRUM, E. A cidade que mata o futuro: em 2020, Altamira enfrenta um aumento avassalador de suicídio de adolescentes. *El País*, Brasil. Abril 2020. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-27/a-cidade-que-mata-o-futuro-em-2020-altamira-enfrenta-um-aumento-avassalador-de-suicidios-de-adolescentes.html> >. Acesso em: 27 de Maio de 2020.

BRUM, E. O suicídio dos que não viram adultos nesse mundo corroído: Por que, neste século, mais adolescentes têm respondido ao desespero deletando a própria vida? *El País*, Brasil, Junho, 2018. Disponível em < [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/opinion/1529328111\\_109277.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/opinion/1529328111_109277.html) > Acesso em: 27 de maio de 2020.

CAMPOS, M. Estudos detalham perfil de casos de suicídio na adolescência no Brasil. *UNIFESP*, São Paulo, Abril de 2019. Disponível em: < <https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/3803-estudos-detalham-perfil-de-casos-de-suicidio-na-adolescencia-no-brasil> > Acesso em 27 de Maio de 2020.

Conselho Federal de Psicologia. *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) na educação básica*. 2. ed. Brasília. CFP. 67,p. Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <[http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2019/09/EducacaoBASICA\\_web-final-2019.pdf](http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2019/09/EducacaoBASICA_web-final-2019.pdf)>. Acesso em 28 de maio de 2020.

ESPINOSA, B. *Ética e trabalho político* (Coleção Os pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 2005.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. Ed. Graal. 1988.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. – Petrópolis: Vozes, 1996.

[file:///C:/Users/Elton/Downloads/GUATTARI,%20Felix%3B%20ROLNIK,%20Suely.%20Cartografias%20do%20desejo%20\[livro%20completo\]%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Elton/Downloads/GUATTARI,%20Felix%3B%20ROLNIK,%20Suely.%20Cartografias%20do%20desejo%20[livro%20completo]%20(1).pdf)

MARTINS, M. L. *O diário de campo como dispositivo para análise de implicação em pesquisa*. 2016. 125p. Dissertação. (Mestrado em Psicologia institucional). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2016. Disponível: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6815/1/O%20diario%20de%20campo%20como%20dispositivo%20para%20analise%20de%20implicacao%20em%20pesquisa%20L%20Monteiro%20Martins.pdf> >. Acesso em 27 de maio de 2020.

MBEMBÉ, A. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. 4. ed. São Paulo: n-1 edições, 2019. 71p.

NASCIMENTO, M. L.; COIMBRA, C. M. B. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: Geisler, A. R.; Abrahão, A. L.; Coimbra, C. M. B. (Org.). *Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde*. Niterói, RJ: EDUFF, 2008. p. 143-153.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. de. A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V. e ESCÓSSIA, L. da (Orgs.). *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2015. 17-31p.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. de. Por uma Política da Narratividade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V. e ESCÓSSIA, L. da (Orgs.). *Pistas do Método da Cartografia*:

pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2015. 150-171p.

RIBEIRO, J. M.; MOREIRA, M. R. Uma abordagem sobre o suicídio de adolescentes e jovens no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 2821-2834, setembro, 2018. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018239.17192018>>. Acesso em 31 de maio de 2020.

SOUZA, E. C. DE; TORRES, J. F. P. A Teoria da Subjetividade e seus conceitos centrais. *Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica*, Uberlândia v. 3, n. 1, p. 34-57, 19 set. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/50574/26879> / Acesso eletrônico em: 20 de maio de 2020.

TREVISAN, Rosana (Coord.). *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/subjetividade/> Acesso em: 31/05/2020.